



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/12/2016

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CORREGEDOR (A).....	4



LEGISLATIVO TERÁ COTA PARA NEGROS

Resolução da Alema confirma a obrigatoriedade de vagas para candidatos negros no âmbito do Legislativo do Maranhão

Em um ato simbólico, a Assembleia Legislativa promulgou, na última quarta-feira, a Resolução Administrativa nº 834/16, que dispõe sobre a destinação de 20% das vagas em concursos públicos, realizados no âmbito do Poder Legislativo do Maranhão, para candidatos negros. A resolução é fruto de uma indicação do deputado Zé Inácio (PT).

O deputado Zé Inácio frisou que o dispositivo é uma reparação ao povo negro maranhense, que compõe mais de 80% da população, mas não ocupa os espaços públicos na mesma proporção. "É um ato justo, que tem um simbolismo muito grande. Mas, mais do que isso, é uma reparação histórica. O melhor caminho para fazermos esse reparo é através das cotas. A Mesa Diretora aprovou outra indicação minha, encaminhando para que as cotas possam também valer no âmbito do Poder Judiciário", assinalou o parlamentar.

Além de Zé Inácio, participaram da assinatura do documento o deputado Cabo Campos (DEM); o procurador da AL, Luís Felipe Ribeiro; a secretária-adjunta de Estado da Igualdade Racial, Socorro Guterres; e militantes do movimento negro. "A questão das cotas veio muito a calhar, pois precisamos dar o suporte necessário para essa população, que foi vítima de anos e anos de descaso", ressaltou o deputado Cabo Campos.

Luís Felipe Ribeiro, procurador da AL, destacou que a principal característica dessa resolução é o seu caráter independente de outras legislações, que já garantem o percentual para a destinação de vagas a candidatos negros em processos seletivos.

"Em conteúdo, a nossa resolução aproveita o que há de



De fato, essa é uma luta que travamos há muito tempo. São ações como essa que contribuem com a nossa luta e vemos a iniciativa como um avanço para a cidade de São Luís e o estado do Maranhão

Cláudio Adão,
coordenador do Grupo de Dança Afro Malungos (GDAM).

melhor na legislação federal e estadual. A diferença principal está no fato de que, não fazendo qualquer tipo de menção, ela tem uma vigência interna que independe de qualquer eventual alteração ou revogação, que obviamente não se acredita que vá acontecer", explicou.

Para os militantes do movimento negro, esse foi um passo importante na luta pela igualdade de direitos em todos os âmbitos da sociedade. "De fato, essa é uma luta que travamos há muito tempo. São ações como essa que contribuem com a nossa luta e vemos a iniciativa como um avanço para a cidade de São Luís e o estado do Maranhão", afirmou Cláudio Adão, coordenador do Grupo de Dança Afro Malungos (GDAM).

ESTADO MAIOR

Protecionismo

O Consórcio Nova Ilha, que ficou de fora da licitação no transporte de São Luís mesmo apresentando todas as exigências vai entrar com nova ação na Justiça.

As empresas desse grupo vão agora representar contra o secretário Canindé Barros, apontado como uma espécie de “padrinho do Consórcio Upaon Açú”.

O Upaon Açú não cumpriu nenhuma das exigências do edital, mesmo assim tem sido beneficiada com linhas pelo secretário.

Sub judice

A licitação do transporte em São Luís está pendente de julgamento no Tribunal de Justiça desde antes do primeiro turno das eleições.

A Procuradoria-Geral do Município pediu o processo e não devolveu a tempo do julgamento, na sessão do dia 27 de setembro, dias antes do primeiro.

Desde então, o tribunal não definiu data para julgar se os pré-requisitos apresentados pela prefeitura foram mesmo cumpridos pelas supostas vencedoras.



Metas da Corregedoria 2017 (1)

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Anildes Cruz, participou do encerramento do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, na última terça-feira (6), em Brasília. O corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, apresentou as metas da Corregedoria Nacional de Justiça para 2017. O corregedor ressaltou que as metas foram construídas com ênfase nos assuntos relacionados a crianças e adolescentes, pois, segundo ele, apesar das inúmeras discussões sobre o tema, as políticas para juventude no Brasil ainda apresentam dificuldades.

Metas da Corregedoria 2017 (2)

Participaram dos debates relativos às metas da Corregedoria o vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Mauro Campbell, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Renato Paiva, e os conselheiros do CNJ Carlos Levenhagen, Daldice Santana e Fernando Mattos.